



Políticas linguísticas e internacionalização: perspectivas plurilíngues no ensino, pesquisa, extensão e inovação¹

Language policies and internationalization: plurilingual perspectives in teaching, research, outreach and innovation

Priscila Célia GIACOMASSI*^{ID}

Ana Cecilia SOJA**^{ID}

Luis André Luz BARBAS***^{ID}

RESUMO: No âmbito dos Institutos Federais, a internacionalização tem ganhado cada vez mais espaço nos debates e gerado a demanda para que políticas e programas direcionados ao tema sejam criados, implementados e avaliados. Inerente a todo esse processo, segue a necessidade de fomento e fortalecimento do ensino de línguas estrangeiras como um de seus principais instrumentos viabilizadores. O pressuposto básico deste trabalho é que ele deve ser realizado a partir de uma abordagem plurilinguística no contexto educacional, de forma a respeitar, acolher e valorizar a multiculturalidade – cuja expressão basilar é a língua. Nesse cenário, o presente texto se propõe a apresentar uma contextualização da visão de internacionalização e sua relação com o ensino de idiomas que está sendo desenvolvida em três instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT): o IFPR *campus* Colombo, o IFF *campus* Bom Jesus do Itabapoana e o IFPA *campus* Castanhal. Embora não seja exaustiva, a análise desses casos pontuais e ilustrativos permite ao leitor refletir sobre como um fio condutor comum pode ser (e está sendo) aplicado de forma pragmática a partir das mais diversas condições. Eles ilustram como os pilares que expressam a missão dos Institutos Federais – ensino, pesquisa, extensão e inovação –, são ferramentas essenciais para promover o ensino de línguas dentro de uma estratégia abrangente de internacionalização da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização. Língua estrangeira. Instituto Federal. Plurilinguismo. Ensino de idiomas.

ABSTRACT: Within the scope of Federal Institutes, internationalization has increasingly gained space in debates and generated demand for policies and programs focused on this topic

¹ Estudo realizado durante a participação dos autores no Programa de Desenvolvimento Profissional da Educação Básica na Irlanda como bolsistas da Capes.

* Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora de línguas portuguesa e inglesa do Instituto Federal do Paraná (IFPR). priscila.giacomassi@ifpr.edu.br

** Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Instituto Federal Fluminense. ana.soja@iff.edu.br

*** Doutor em Aquicultura pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), professor titular do Instituto Federal do Pará. andre.barbas@ifpa.edu.br

to be developed, implemented, and evaluated. Inherent in this entire process is the need to promote and strengthen the teaching of foreign languages as one of its main enabling instruments. The basic assumption of this work is that it must be carried out from a plurilingual approach in the educational context, to accommodate, welcome, and value multiculturalism – whose basic expression is language. In this scenario, the present work proposes to present a contextualization of the vision of internationalization and its relationship with language teaching being developed in three institutions of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT): the IFPR campus Colombo, the IFF campus Bom Jesus do Itabapoana, and the IFPA campus Castanhal. Although not exhaustive, the analysis of these specific and illustrative cases allows the reader to reflect on how a common thread can be (and is being) applied pragmatically under the most diverse conditions. They illustrate how the pillars that express the mission of the Federal Institutes – teaching, research, outreach, and innovation – are essential tools for promoting language teaching within a comprehensive strategy for the internationalization of education.

KEYWORDS: Internationalization. Foreign language. Federal Institute. Plurilingualism. Language teaching.

Artigo recebido em: 29.07.2024

Artigo aprovado em: 20.12.2024

1 Introdução

*... o conhecimento desconsidera fronteiras e deve ser acessado por todos.
Maria Leopoldina Veras Camelo*

Durante toda a trajetória da Educação Superior no Brasil, tanto na criação dos primeiros cursos em 1824, quanto na expansão na década de 1930 e na consolidação a partir dos anos 1960, a interação com outros países, principalmente europeus, esteve presente. De certa forma, isso pode até ser entendido como um processo orgânico, uma vez que o país tem fortes laços com Portugal, o qual lança as fundações da nossa tradição acadêmica. Igualmente, em muitos momentos em que houve investimento para a criação ou fortalecimento de áreas de pesquisa, uma prática comum foi fomentar o intercâmbio de pesquisadores, principalmente com o convite para que estrangeiros aqui se estabelecessem.

Isso ilustra como a internacionalização, presente ou não nos documentos oficiais, na prática sempre fez parte da academia brasileira. Com a criação dos Institutos Federais (IFs) em 2008 (Brasil, 2008), ela se estendeu para essas novas instituições, tanto

para aquelas que estavam sendo criadas quanto às que já existiam, mas passavam por adaptações para se juntar à rede. Curiosamente, dada a característica própria dos Ifs de atuação tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, neles as discussões sobre internacionalização se unificaram nas duas frentes da educação, trazendo tópicos que não são tão comuns em cursos de graduação, como a oferta de escolas bilíngues.

Junta-se a esse cenário uma crescente pressão pela internacionalização nas escolas brasileiras, alinhada à conjuntura geopolítica cada vez mais globalizada e conectada através dos meios de comunicação. Como resposta, as esferas competentes de gestão da educação têm se debruçado sobre o assunto, tendo como primeiro produto a elaboração e divulgação de materiais que orientem profissionais no tocante à integração da internacionalização – ou pelo menos a alguns aspectos a ela relacionados. Como exemplo, temos as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta da Educação Plurilíngue* (Brasil, 2020), com orientações sobre a implementação de um ensino plurilíngue e os *Parâmetros para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil* (Stallivieri *et al.*, 2022), que discute as boas práticas na área para a formação dos estudantes. Os dois exemplos foram produzidos nos últimos cinco anos, ilustrando a atualidade do debate.

Seguindo a linha nacional, os órgãos competentes dos IFs têm igualmente debatido a questão da internacionalização. Ana Carolina Oliveira Batista, diretora de Relações Internacionais do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), um dos órgãos máximos de gerenciamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), entende a internacionalização como um processo bastante complexo e abrangente, um “ato intencional, processual, responsável, inclusivo e adaptável” (Batista, 2023, p. 4). Assim, o conceito de internacionalização adotado pela Rede e preconizado pelo Conif é o de um “processo intencional de integrar uma dimensão internacional, intercultural e global aos propósitos, funções e oferta da educação,

buscando incrementar a qualidade da educação e da pesquisa”, conforme definido por De Wit, Hunter, Howard e Egron-Polak (2015, p. 283).

No documento *Internacionalização Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Panorama 2019* (Conif, 2019), muitas medidas são apontadas como essenciais para fortalecer a internacionalização dentro da RFEPCT, como apoio à formação continuada de profissionais para atuar na área, incentivo de eventos e atividades de internacionalização e promoção do ensino de idiomas. Este último, em especial, configura-se como uma das ações mais importantes, pois a barreira linguística é um dos principais desafios a serem superados quando se pensa em internacionalização. Isso é reconhecido pelo próprio Conif, ao estabelecer que “embora o ensino de idiomas não seja o fim do Conselho, há a compreensão de que a língua é uma ferramenta essencial ao processo de internacionalização” (Conif, 2019, p. 5).

É preciso, porém, entender que o ensino de idiomas deve acontecer respeitando-se a diversidade que a sala de aula (um microcosmo do sistema educacional) provê em termos de capital humano. Cada estudante tem uma história de vida, uma bagagem com a qual precisa lidar e à escola cabe a responsabilidade de respeitar essas diferenças bem como instrumentalizar esses indivíduos para que possam lidar com mais propriedade com quaisquer consequências advindas desse contexto – condição que se aplica ao repertório linguístico dos estudantes.

Um país de dimensões continentais como o Brasil e que abriga culturas diversas dentro do seu território não pode ficar alheio à necessidade de perceber e abordar de maneira adequada a pluralidade linguística como expressão primeira de um contexto sociocultural igualmente diverso. É necessário, portanto, investir de maneira propositiva na “superação do paradigma de silenciamento e de negação da nossa realidade plurilinguística – línguas de populações indígenas, crioula e afro-brasileiras, surdas, imigrantes” (Brasil, 2020, p. 8-9) – e quaisquer outras que as circunstâncias demandarem. Assim, essa diversidade de línguas – bem como o contexto cultural de que são maior expressão – não deve ser algo somente ensinado, mas acolhido,

respeitado e promovido. Enquanto educadores, é de nossa responsabilidade entender o lugar do “outro” em sala de aula, bem como adotar

a crescente conscientização de valorização, fortalecimento e promoção da nossa diversidade linguística como um patrimônio nacional. Com efeito, é crescente a percepção internacional do papel estratégico das línguas enquanto instrumentos de cultura e de conhecimento do mundo, assim como dos benefícios da realidade plurilinguística enquanto signo de respeito às alteridades e de pertencimento às diferentes expressões da trajetória humana na terra (Catalá, 2010 *apud* Brasil, 2020, p. 8-9).

É a partir desse panorama que o presente trabalho se propõe a debater os conceitos e desafios da internacionalização numa perspectiva de ensino de idiomas a partir de relatos de casos em três *campi* de diferentes IFs da RFECPT e regiões do Brasil: o Instituto Federal do Paraná (IFPR) *campus* Colombo, o Instituto Federal Fluminense (IFF) *campus* Bom Jesus do Itabapoana e o Instituto Federal do Pará (IFPA) *campus* Castanhal. Para além da pluralidade regional, as situações aqui apresentadas fornecem um material rico e diverso também no sentido das experiências em si, uma vez que cada uma acontece num contexto próprio de ensino, pesquisa e extensão, o tripé pilar da educação superior brasileira (e da educação técnica e tecnológica nos IFs), juntamente com a inovação. Mais ainda, cada um dos exemplos enfatiza diferentes etapas da educação atendida pelos IFs, no caso, o Ensino Médio (caso do IFF), o Ensino Superior (IFPR) e a pós-graduação (IFPA). Assim, tendo como fio condutor a necessidade de um ensino de idioma eficiente, que ao mesmo tempo que se alinha às necessidades acadêmicas universais da RFECPT respeita as necessidades regionais de cada lugar, esses relatos ilustram e nos fazem refletir como implementar na prática aquilo que é trazido por documentos e conselhos.

2 Internacionalização e políticas linguísticas no contexto educacional

Um tipo de educação que aspire a preparar os alunos para a cidadania global é preconizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura que reconhece “a relevância da educação para a compreensão e a resolução de questões globais em suas dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas e ambientais” (Unesco, 2015, p. 9). Para tanto, faz-se necessário compreender o conceito de educação de forma ampliada porque ela deve salvaguardar seu escopo fundamental de desenvolver o conhecimento e habilidades cognitivas, mas igualmente avançar na implementação de políticas educacionais voltadas para o processo de internacionalização. Por esse prisma, a prática educativa deve contemplar a construção de “valores, habilidades socioemocionais (*soft skills*) e atitudes entre alunos que possam facilitar a cooperação internacional e promover a transformação social” (Unesco, 2015, p. 09).

Na RFEPECT essa demanda representa ao mesmo tempo grandes oportunidades e grandes desafios. O Conif reconhece a relevância de um ensino que se proponha a ser integrado ao contexto mundial. Não há mais um cenário possível em que a educação não esteja em consonância com questões além “da sua aldeia”, como atestado nas próprias Diretrizes da Instituição: “Internacionalmente, o ensino profissional reveste-se de grande importância para a formação de recurso humano qualificado, que trabalhe em sinergia com as demandas do mundo do trabalho” (Conif, 2022, p. 5). Dessa forma, no que tange aos Institutos Federais, é importante destacar a abrangência das ações relacionadas às políticas de internacionalização.

De maneira geral, a primeira ideia que vem à mente quando se trata de internacionalização é a questão da mobilidade – a internacionalização *crossborder*, ou “transfronteiriça”, aquela que, como aponta Morosini (2019, p. 18), envolve “estudantes, professores, pesquisadores, técnicos, gestores, enfim, a comunidade acadêmica se deslocando ou recebendo pessoas de outras instituições ou centros de pesquisa”. Realmente, há uma demanda cada vez maior com relação a oportunidades de intercâmbio ou outros tipos de ações envolvendo estudo em outros países.

No entanto, a internacionalização nas instituições de ensino tem uma abrangência muito maior, envolvendo desde aquelas relacionadas à produção

científica e disseminação de pesquisas através de redes de apoio e publicações internacionais até o fortalecimento das políticas multilinguísticas e multiculturais. É interessante observar como esse “tripé” relacionado à implementação do processo de internacionalização no contexto educacional é refletido nos resultados da pesquisa realizada junto a toda rede dos institutos federais e registrado no documento *Panorama da Internacionalização - edição 2019*. Entre 2017 e 2018, as instituições que compõe o Conif forneceram dados por meio de suas assessorias internacionais os quais permitem traçar uma espécie de “mapa da internacionalização”. Com relação à pergunta sobre as necessidades de ações ou políticas prioritárias, as três primeiras áreas elencadas foram “a) mobilidade discente e docente; b) promoção de pesquisas conjuntas; c) fortalecimento do ensino de idiomas” (Conif, 2019, p. 10).

Essa percepção por parte das instituições expõe a necessidade de se intensificar os mecanismos tanto de mobilidade e produção científica quanto de oferta de idiomas de forma qualificada e contínua. O próprio *Panorama da Internacionalização* reforça a ideia de interdependência entre o desenvolvimento de políticas públicas que estimulem as ações de internacionalização e a necessidade de se investir na qualidade de ensino de idiomas. Os docentes igualmente contemplam mais e mais a necessidade de adotar uma postura mais humanizada frente ao ensino de línguas, entendendo, acolhendo e legitimando as diferentes formas de uso, expressão e apropriação de cada idioma.

3 Relato das experiências e políticas adotadas no IFPR, IFF e IFPA

Os IFs se caracterizam não apenas pela dedicação ao ensino, mas também como Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), visto que têm, entre suas finalidades, “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico” além de “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” (Brasil, 2008, p. 4). Tal característica permite que atividades diversificadas sejam desenvolvidas,

principalmente aquelas que integram diferentes áreas do conhecimento. Igualmente, gera a necessidade de capacitar os estudantes para atuarem como pesquisadores e extensionistas, demandando que eles dominem pelo menos uma língua estrangeira, o que permite que tenham acesso a muito mais conhecimento. Ao mesmo tempo, as próprias atividades e a liberdade de cátedra se configuram como oportunidades de aprendizado e desenvolvimento desta habilidade, como é discutido nos exemplos a seguir.

3.1 Instituto Federal do Paraná - IFPR

A questão da internacionalização é pauta constante no IFPR, pois como qualquer instituição de ensino no contexto atual, o IFPR não pode manter-se alheio ao cenário mundial e às oportunidades de desenvolvimento intelectual, social e econômico que podem ser aproveitadas em benefício de todos os atores envolvidos no contexto educacional. Como ficou claro, o processo de internacionalização não pode ser dissociado do desenvolvimento das políticas linguísticas – as quais, em última análise, têm o poder de viabilizá-lo. Dentre os objetivos elencados na *Política de Internacionalização* no âmbito do IFPR (Resolução Consup/IFPR nº 163, de 14 de dezembro de 2023), por exemplo, destacam-se os seguintes:

VIII - inserir o IFPR em um contexto global de educação, mediante o apoio ao fortalecimento dos centros de línguas da instituição (CELIF) e a outras ações que promovam o ensino de línguas nos *campi* da instituição, nas modalidades presencial e a distância; [...]

XV - incentivar a oferta de cursos de caráter teórico e/ou prático em diferentes áreas de conhecimento, em língua estrangeira, para a comunidade interna ou externa do IFPR na modalidade presencial ou a distância; (IFPR, 2023, p. 4).

Por sua vez, a *Política Linguística do IFPR*, normatizada pela Resolução Nº 11, de 11 de junho de 2019, especifica suas diretrizes, normas e concepções de língua. Dentre os princípios mencionados no documento, alguns se destacam como particularmente

importantes com relação à concepção do ensino e aprendizagem de línguas e às políticas de internacionalização.

V - a internacionalização como processo multilateral e, portanto, de múltiplos interesses, que visa implementar ações de mobilidade acadêmica e de intercâmbio de conhecimentos que demanda constante negociação e discussão sobre o papel das línguas para sua efetividade; [...]

VII - auxiliar na promoção de eventos institucionais que permitam a apresentação de trabalhos científicos na instituição utilizando-se de línguas diferentes do português (internacionalização interna); [...]

XII - desenvolver e fomentar pesquisas aplicadas ao ensino e à aprendizagem de línguas no âmbito do IFPR, bem como a divulgação científica desses estudos por meio de seminários, simpósios e/ou encontros dos docentes de línguas (IFPR, 2019, p. 2-4).

A ideia central sumarizada em cada um desses princípios parece ter expressão mais bem acabada no inciso XIII: “Promover a inclusão social por meio da inclusão linguística” (IFPR, 2019, p. 4). Certamente, é moralmente questionável divulgar entre os alunos oportunidades de intercâmbio ou produção científica internacional que não podem ser aproveitadas por falta de proficiência linguística – e essa é uma responsabilidade institucional que deve ser assumida.

De modo geral, um dos grandes desafios enfrentados nos *campi* do IFPR consiste em ampliar significativamente os códigos de vagas para professores de língua estrangeira para viabilizar, entre outras frentes, a implementação e manutenção dos Centros de Línguas do Instituto Federal do Paraná (Celif). Porém, não basta abrir vagas para a comunidade interna e externa oferecendo cursos de línguas, sem que se garanta a manutenção dessa oferta. É preciso assegurar que tais classes não sejam fechadas pelos desafios mais frequentes inerentes a esse contexto: a evasão, o grande número de alunos em cada sala e a heterogeneidade das turmas – tanto com relação à idade como ao nível de conhecimento prévio do idioma. A faixa etária dos alunos precisa ser contemplada e as classes, por óbvio, devem ser separadas para os adultos, jovens e crianças, pois as abordagens são diferenciadas para cada uma delas. Além disso, classes superlotadas não permitem que os alunos sejam acessados individualmente e

estimulados a desenvolver as habilidades de leitura, escrita e oralidade – e nesse sentido, novamente, um quadro ampliado de professores de idiomas é imprescindível. É igualmente necessário pensar-se em uma política da perenidade dos centros de línguas. Ou seja, uma vez abertos, devem continuar a atender a comunidade de forma contínua.

Outro desafio a ser considerado no IFPR diz respeito às aulas de língua estrangeira oferecidas no ensino regular, dentro da carga horária da disciplina de cada curso. Oportunizar tal aprendizagem em grupos com níveis aproximados de conhecimento e dificuldades, observando seu ritmo de aprendizagem, é um sinal de respeito aos alunos e observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996 que, no art. 24, inciso IV, explicita as regras comuns que regem sua estruturação: “poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares” (Brasil, 1996). Especificamente com relação ao Ensino Superior, o Parecer do Conselho Nacional de Educação e a Coordenadoria de Ensino Superior (CNE/CES nº 776/97) aprovado em 3 de dezembro de 1997 estabelece orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação, no “sentido de assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos” (Brasil, 1997, p. 2).

Com relação a esse ponto em particular, vale a menção de uma experiência exitosa realizada no IFPR *campus* Colombo em que o ensino de língua estrangeira teve uma abordagem tida como inovadora no Curso Superior Tecnologia em Processos Gerenciais (TPG). Com relação à oferta de idiomas, as línguas inglesa e espanhola são trabalhadas por meio de sua inclusão no plano de negócios que os alunos devem produzir ao longo do curso, bem como pela sua integração no processo de

curricularização da extensão², a qual já acontece a partir do segundo semestre do curso. Os alunos são solicitados a realizar pesquisa sobre o produto tanto em países de língua inglesa como no Mercosul para viabilizar novos mercados fornecedores e consumidores. O desafio a ser transposto é que tanto a pesquisa como a apresentação dos resultados sejam feitas no idioma estrangeiro, o que é oportunizado pelo uso de técnicas de ensino instrumental específicas para o contexto de cada turma.

Com relação ao desenho curricular do curso de TPG, a disciplina de Inglês Instrumental é oferecida durante o primeiro semestre do curso, com uma carga horária de quatro aulas semanais, o que pode ser considerado alta em comparação com outros cursos de nível superior, que costumam ter apenas dois tempos por semana dedicados ao ensino de idiomas. Isso demonstra o comprometimento do Projeto Político Pedagógico do curso com o tema. Alinhados com essa visão sobre a relevância do idioma para o perfil de egresso, há um movimento constante em trazer inovações que tornem seu ensino o mais efetivo possível. Nesse contexto, foi proposto que em 2023 a disciplina fosse ministrada de forma concomitante por três professoras em docência compartilhada, respeitando os níveis de aprendizagens de cada grupo de estudantes.

Essa prática representou um grande avanço ao envolver o ensino de língua estrangeira de forma interdisciplinar e com foco na internacionalização. O relato completo dessa experiência encontra-se publicado³ e descreve pormenorizadamente a estratégia que favoreceu de maneira muito sensível o público-alvo do curso:

A ideia é que aqueles antes alijados do processo de aprendizado e aquisição de outro idioma, pudessem ser contemplados de forma mais individualizada, não ficando mais invisibilizados em sala de aula. O perfil de cada estudante e os diferentes tempos de aprendizagem representaram a causa para tal intervenção. Já a interdisciplinaridade mostrou-se a abordagem mais adequada diante da missão que se

² A Curricularização da Extensão é o processo de inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Também pode ser chamada de integralização da Extensão. Entre seus objetivos está a formação integral dos estudantes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social (IFPR, 2020).

³ <https://revista.cbtecle.com.br/index.php/CBTecLE/article/view/1142>

impunha: incluir e preparar profissionais para o mundo do trabalho. Essa abordagem igualmente contemplou as ações relacionadas à internacionalização, tanto na questão do fortalecimento das políticas linguísticas de aquisição do idioma, como a aproximação entre estudantes do curso com profissionais e pesquisadores internacionais através de eventos promovidos de forma sistemática pela coordenação e corpo docente. Tais ações configuram-se ao mesmo tempo como meio e finalidade, oportunizando o preparo dos futuros profissionais para o mundo do trabalho de forma integral e globalizada (Jacomel; Arantes; Giacomassi, 2023, p. 207).

O sucesso dessa experiência pode ser aferido, principalmente, pelas sondagens realizadas junto aos estudantes durante e ao final de sua implementação. Muitos relataram ter despertado o desejo de iniciar, retomar ou intensificar o estudo da língua inglesa. Todos apresentaram seu trabalho final tanto em português como em inglês e isso serviu para aumentar o nível de autoconfiança como usuários do idioma. Os estudantes sentiram-se extremamente respeitados uma vez que “puderam medir seu progresso com relação ao seu próprio ponto de partida e não com relação aos demais colegas” (Jacomel; Arantes; Giacomassi, 2023, p. 206). Além de todos esses pontos, um aspecto muito positivo da experiência é que ela abriu as portas para que pudesse ser replicada nos semestres seguintes e com potencial para atingir os demais cursos oferecidos pelo *campus*.

Uma outra questão muito importante diz respeito à política de bolsas para monitoria. No IFPR a divulgação e aproveitamento dessas oportunidades são feitos com regularidade e celeridade, pois beneficiam todos os atores envolvidos no processo. Há muitos alunos com maior nível de proficiência em idiomas estrangeiros que desejam e conseguem trabalhar como monitores auxiliando os professores e colegas, recebendo auxílio financeiro para isso. Além disso, há a possibilidade de implementação de projetos de ensino como clubes de conversação que atendem alunos interessados em desenvolver o idioma no contraturno e com um grupo menor de alunos.

Em relação à produção científica, há muitos registros de alunos que, orientados por seus professores de diversos níveis, têm publicações aceitas em periódicos internacionais relatando experiências didáticas ou os resultados de seus projetos de pesquisa. Além disso, tem havido um esforço cada vez maior para que pesquisadores e profissionais de diversas áreas participem como convidados em eventos no *campus* nos quais podem realizar suas palestras em língua estrangeira, além de relatar suas experiências no contexto internacional. E, no que tange à tão almejada mobilidade acadêmica, há um número considerável de estudantes que têm participado de períodos curtos de intercâmbio ou mesmo realizam seus cursos de graduação em universidades estrangeiras através de acordos firmados com instituições parceiras.

3.2 Instituto Federal Fluminense - IFF

O IFF tem uma história peculiar dentro da RFECP, pois enquanto grande parte dos IFs foram criados a partir de decreto na Lei 11.892 em 2008 (Brasil, 2008), o IFF surge a partir da integração de Colégios Técnicos e Agrícolas que já existiam, acrescidos de novos *campi* no interior do Estado do Rio Janeiro, principalmente na região Norte. Especialmente o *campus* Bom Jesus do Itabapoana (IFF/BJI) se junta à rede já em 2009, por meio de votação popular, depois de quarenta anos de história como colégio agrícola ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF).

Essa trajetória singular traz o desafio de conciliar tradição e novidade. Nesses quase quinze anos, a adesão à rede trouxe muitos benefícios para o *campus*, por exemplo, a expansão da oferta de cursos em todos os níveis, aumentando o número de estudantes atendidos. Ao mesmo tempo, isso significou novas demandas que transformaram o antigo colégio em polo tecnológico e de pesquisa na região, exigindo dele alinhamento aos interesses e diretrizes institucionais do IFF como um todo.

Dentre as várias esferas da Educação que tiveram que ser pensadas e repensadas no âmbito de *campus* do IFF, como a extensão universitária (para mais detalhes, ver Fernandes *et al.*, 2025) e a cultura *maker* (por exemplo, com o uso de ferramentas como

impressoras 3D e o ensino de robótica), uma das que se destaca é a internacionalização, um conceito relativamente recente, mas que tem ganhado muito incentivo na instituição nos últimos anos. Isso pode ser visto na própria evolução do termo nos documentos guias do instituto. Em 2010 o termo em si aparecia apenas uma vez no Plano Diretor Institucional (PDI) 2010-2014 (IFFluminense, 2010), um documento que visa estabelecer, entre outros, as metas e objetivos da instituição no período. Era uma citação de um outro documento, dentro do âmbito da cooperação internacional definida como

o mecanismo pelo qual um país ou uma instituição promove o intercâmbio de experiências exitosas e de conhecimento técnico, científico, tecnológico e cultural, mediante a implementação de programas e projetos com outros países ou organismos internacionais, numa perspectiva técnica, tecnológica ou financeira (IFFluminense, 2010, p. 238).

Por outro lado, quatro anos depois, o PDI 2018-2022 (IFFluminense, 2018) já trazia a internacionalização como um dos elementos da visão institucional:

Ser uma instituição inclusiva de educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão colegiada e democrática, integrando ensino, pesquisa, inovação, extensão, esporte, cultura e internacionalização, reconhecida pela sua relevância e compromisso com o desenvolvimento regional (IFFluminense, 2018, p. 45).

Ele ainda define que

A Política de Internacionalização do IFFluminense visa incluir no ensino, na pesquisa, na extensão e na cultura organizacional institucional, as dimensões do global e intercultural, proporcionando a sua comunidade uma diversidade de conceitos, princípios gerenciais contemporâneos e ideologias, mas sem abrir mão de suas origens. O fortalecimento da internacionalização se dará com a promoção e consolidação de redes acadêmicas vinculadas a programas institucionais estruturados, possibilitando oportunidades de mobilidade de estudantes e servidores, que possibilite a divulgação, produção científica e tecnológica (IFFluminense, 2018, p. 49).

O documento está alinhado com a visão de internacionalização contemporânea como elemento “orientado a promover a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, fundamental para as mudanças sociais e econômicas” (IFFluminense, 2018, p. 72). Dessa forma, fica evidente que o fortalecimento das equipes de linguagens em cada *campus* é imprescindível, mas não suficiente, já que a internacionalização está em todos os âmbitos da Educação nos Institutos Federais e deve ser de responsabilidade de todos.

Partindo dessa perspectiva, todos os professores são ao mesmo tempo responsáveis e potenciais contribuidores para o desenvolvimento de atividades de internacionalização, podendo ou não estar em parceria com os professores específicos da área. Foi o que aconteceu em 2024 no IFF/BJI com a participação de estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado e do Ensino Superior na *International Astronomy and Astrophysics Competition* (IAAC). A competição, totalmente em língua inglesa, foi uma oportunidade de promover a internacionalização no *campus* aproveitando a tradição e o interesse dos estudantes pelo tema, atraindo participantes com e sem o domínio do idioma.

A participação do IFF/BJI em Olimpíadas do Conhecimento na área de Astronomia iniciou-se em 2022, com cinquenta estudantes realizando a prova da *Olimpíada de Astronomia e Astronáutica* (OBA) nesse ano. O projeto piloto consistia em dez aulas preparatórias de cinquenta minutos cada com o objetivo de preparar tecnicamente os discentes em assuntos da área. Os bons resultados obtidos nessa primeira e despretensiosa participação – sete medalhistas – motivou entre os próprios discentes a criação de uma espécie de grupo de estudos de Astronomia, que demandava o engajamento do *campus* em mais competições. Em síntese, podemos destacar dentre os frutos dessa empreitada, até o momento, a organização de dezoito competições e eventos, dos quais participaram mais de trezentos estudantes, com 92 premiações, entre medalhas e menções honrosas. Além disso, o interesse pela área serviu de incentivo para a realização de sete projetos de pesquisa e extensão

relacionados à área de Astronomia (quatro dos quais concluídos), com a orientação de oito estudantes bolsistas.

Toda essa motivação para atividades na área proporcionou o cenário ideal para promover a internacionalização entre todos os estudantes. Os bons resultados promoveram confiança suficiente para que eles participassem em competições não necessariamente mais difíceis do ponto de vista da Astronomia, porém desafiadoras por conta da barreira linguística. Em uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (Seduc-RJ), foram realizadas além das tradicionais oficinas de conhecimento específico, aulas de inglês instrumental de Astronomia, com o objetivo de provê-los com o conhecimento básico para a realização das provas em inglês.

A IAAC foi uma competição dividida em três partes, realizada no mundo inteiro, de forma remota. O público-alvo eram estudantes do Ensino Médio e Superior, sendo os desafios iguais para os dois grupos. A única diferença é que a pontuação exigida no nível superior era maior que aquela exigida para alunos da Educação Básica. Na primeira fase, denominada *Qualification Round*, os participantes deveriam resolver seis problemas de diferente complexidade, sendo que um deles previa a redação, em inglês, de um pequeno resumo sobre um tópico específico da Astronomia. Todos os quinze participantes obtiveram sucesso nessa etapa, com estudantes de nível mais avançado de inglês auxiliando a escrita daqueles que tinham mais dificuldade no idioma, numa colaboração que já é típica da equipe. Na segunda fase, entre os desafios propostos estava a leitura de dois artigos científicos, também em língua inglesa. Novamente, isso proporcionou uma chance de aplicar habilidades de inglês instrumental, com estratégia de identificação de cognatos e palavras-chave que permitissem a leitura e compreensão do texto. Dos quinze participantes, onze foram classificados para a etapa final. Mais difícil, ela demandava uma fluência maior, porque consistia em vinte perguntas de diferentes níveis de complexidade a serem respondidas em apenas sessenta segundos. Ou seja, nessa etapa o domínio da língua

era imprescindível, pois havia pouco tempo para pensar sobre as questões. A eficiência da preparação instrumental se provou válida mais uma vez, com sete dos participantes obtendo resultados excelentes. Na classificação final, o IFF/BJI configura-se como a terceira melhor escola do mundo na IAAC 2024.

Esse caso, apesar de evidência anedótica, ilustra o potencial que atividades do tipo têm para estimular a internacionalização e motivar estudantes a superar a barreira linguística. Dos quinze participantes iniciais, cinco não se sentiam à vontade com a língua inglesa e tiveram resultados baixos no nivelamento. Porém, sua dedicação às atividades e a assertividade das oficinas permitiram que dois deles estivessem entre os medalhistas no final. Esse é um exemplo de como a internacionalização pode e deve ir além da área específica de linguagens e, principalmente, o quanto iniciativas que aproveitem interesses específicos dos estudantes têm grande chance de sucesso ao apoiá-los em suas experiências pedagógicas no âmbito da internacionalização.

3.3 Instituto Federal do Pará - IFPA

No bojo da missão dos Institutos Federais está incluída a realização de pesquisa básica e aplicada, entretanto, o desafio a ser encarado por essas instituições transcende a geração de pesquisa científico-tecnológica. É imperativo que a pesquisa esteja integrada em toda a trajetória formativa do educando, com a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Além disso, é preciso assegurar que “os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas estejam colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização nos planos nacional e global” (Pacheco, 2011, p. 30).

O IFPA tem envidado esforços nos últimos anos no sentido de estimular, promover e facilitar ações de internacionalização da instituição, sobretudo através da promoção de cursos de formação continuada de idiomas, formulação de políticas institucionais e criação de instrumentos que viabilizem aos servidores e estudantes

experiências de inserção internacional, em um primeiro momento, mais focado nas ações de pesquisa e pós-graduação.

Recentemente, houve a aprovação da Resolução Consup/IFPA Nº 943, de 7 de março de 2023

DOS PRINCÍPIOS

Art. 2º As Relações Internacionais representam condições fundamentais para o desenvolvimento institucional e dos cidadãos, em especial, quando se trata da temática educacional, com relevantes aspectos científicos e tecnológicos, sendo essencial conhecer experiências de outros países, buscando o diálogo entre culturas, permitindo a compreensão das diferenças, a troca de conhecimentos e o estímulo à solidariedade e à cultura da paz.

Art. 3º A complexidade do contexto global requer a formação de profissionais com visão geral de mundo, mas, ao mesmo tempo, com habilidades específicas. Essa realidade gera necessidade de mudanças nos projetos educacionais, referentes à formação de trabalhadores que atendam a este novo panorama mundial, relacionado ao processo de globalização.

Art. 4º Os benefícios gerados pelo intercâmbio de alunos e servidores do IFPA com instituições parceiras de outros países, através de projetos de cooperação internacional permitem um conhecimento mútuo em pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, sistemas de ensino e formação pedagógica, além de gerar visibilidade internacional às ações do IFPA [...] (IFPA, 2023, p.1).

Nesse sentido, verifica-se que a instituição está alinhada às políticas nacionais, inclusive fomentadas pela Capes e CNPq, referentes à internacionalização de instituições brasileiras. Há mais de uma década o IFPA estabeleceu parceria interinstitucional com as Universidades de Alicante e Le Mans, na Espanha e França, respectivamente. Alguns dos professores dessas universidades estrangeiras constam atualmente como membros permanentes no quadro docente do Programa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares – PPDRGEA do IFPA *campus* Castanhal.

Por meio desse processo de cooperação há eventualmente colegas docentes e discentes em situações que requerem que a comunicação ocorra em espanhol e francês.

É importante observar que essa parceria com essas universidades estrangeiras foi facilitada inicialmente pelo fato de os professores interlocutores estrangeiros serem fluentes em português. Com o passar dos anos e a consolidação da parceria, houve a necessidade de que docentes do IFPA e estudantes vinculados ao PPDRGEA imergissem no aprendizado do espanhol e francês, no intuito de tornar as interações acadêmico-científicas mais significativas e efetivas com os parceiros internacionais.

Considerando a realidade escolar brasileira e as dificuldades na aquisição de um segundo idioma, ainda durante os anos dos ensinos fundamental e médio, constitui-se um desafio considerável engajar estudantes dos níveis superiores e até mesmo da pós-graduação nas ações de internacionalização no IFPA, sobretudo intercâmbios para estágios ou produção conjunta de artigos técnico-científicos, tendo em vista a barreira de idiomas, principalmente do francês.

Com relação à língua inglesa, apesar da maior familiaridade com o idioma, as interações no âmbito institucional ainda são bastante escassas. Alguns professores proficientes em inglês promovem treinamentos de curta duração com seus orientandos para fins de apresentação de trabalhos em congressos internacionais e eventos similares. Em visita de acadêmicos estrangeiros ao *campus*, há igualmente um esforço para que os estudantes, particularmente os da graduação e pós-graduação, interajam em conversação em outros idiomas.

No caso específico do IFPA e das parcerias com as universidades espanhola e francesa, um dos desafios é estimular uma maior imersão de estudantes e servidores no aprendizado do espanhol e do francês, algo em linha com a intenção institucional de promover políticas plurilíngues. Tais interações entre professores do IFPA e das Universidades de Alicante e Le Mans acabam ocorrendo majoritariamente em português, já que todos os interlocutores estrangeiros dessas universidades são fluentes nesse idioma – o que não deixa de ser também interessante se considerarmos que essa é, no caso, a língua de acolhimento desses colaboradores estrangeiros.

De todo modo, a existência desse tipo de parceria é de extrema importância em se tratando das políticas relacionadas à internacionalização do *campus* e das oportunidades vislumbradas e aquelas a serem exploradas. O fato de a parceria ser relativamente bem-sucedida do ponto de vista acadêmico-científico e de formação de recursos humanos altamente qualificados, nos permite refletir que a instituição está pronta ou minimamente bem-disposta para cooperar internacionalmente, entretanto, com limitações ainda importantes por conta das barreiras da língua. Dessa forma, torna-se imperativo um investimento institucional sistemático para que essas parcerias se multipliquem e as interações se expandam com pesquisadores, sobretudo aqueles que não falam o português.

É evidente que o IFPA possui uma base sólida para a internacionalização, mas ainda enfrenta obstáculos significativos, principalmente no tocante à proficiência em idiomas estrangeiros. Para melhor explorar esse processo, é crucial que a instituição invista de forma contínua e sistemática em programas de formação linguística, abrangendo não apenas o inglês, mas também o espanhol, o francês e o português como língua de acolhimento, alinhando-se às suas parcerias já existentes. Esse investimento pode incluir a implementação de cursos regulares e intensivos de idiomas para estudantes e servidores, o fortalecimento do centro de idiomas já existente no *campus* e a oferta de bolsas de estudo para imersões linguísticas em países parceiros.

Além disso, a promoção de intercâmbios culturais e acadêmicos mais frequentes pode ser facilitada através de acordos de cooperação que incluam estágios, visitas técnicas, e programas de mobilidade estudantil e docente. A criação de um ambiente multilíngue dentro do *campus*, através de iniciativas como a inserção de disciplinas ministradas em línguas estrangeiras, a organização de eventos e seminários internacionais e o incentivo ao uso de idiomas estrangeiros em atividades cotidianas, pode potencializar as interações e a colaboração internacional.

Adicionalmente, a integração de tecnologias digitais e plataformas de aprendizagem online pode ampliar o alcance dos programas de idiomas e permitir um contato mais constante com as línguas estrangeiras. Parcerias com instituições de ensino e pesquisa internacionais podem ser expandidas para incluir não apenas as universidades de Alicante e Le Mans, mas também outras instituições que compartilhem interesses acadêmicos e científicos semelhantes, diversificando assim as oportunidades de colaboração.

Para superar as limitações atuais, é essencial que a comunidade do IFPA adote uma postura proativa e engajada na busca por oportunidades de desenvolvimento linguístico e cultural. O estímulo à participação em projetos de pesquisa conjuntos, a coautoria de artigos científicos e a apresentação de trabalhos em congressos internacionais são ações que podem reforçar a visibilidade e a relevância do IFPA no cenário global.

Com essas medidas, o IFPA pode não apenas fortalecer suas parcerias globais, mas também enriquecer o desenvolvimento acadêmico e profissional de seus estudantes e servidores, preparando-os de maneira mais eficaz para o contexto globalizado atual. Ao fomentar uma cultura institucional plurilíngue e internacionalizada, a instituição estará capacitando sua comunidade para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do mundo contemporâneo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a inovação em nível local, regional, nacional e global.

4 Considerações finais

Em um mundo globalizado e conectado é imperativo que a cooperação entre os povos seja estimulada. O contínuo avanço tecnológico tem desdobramentos inexoráveis, uma vez que, assim como propõe a presidente do Conif, Maria Leopoldina Veras Camelo, diminui as barreiras de tempo e espaço entre as mais diversas regiões do planeta:

O desenvolvimento das tecnologias vem permitindo maior aproximação e interação entre povos, o que resulta nas tão disseminadas relações globalizadas. Isso possibilita uma jamais imaginada aproximação geográfica entre as nações, o que exige, das mais diversas formas possíveis, dinamicidade nas trocas interculturais e sociais (Camelo, 2023, p. 2).

Nesse contexto, o entendimento sobre a necessidade de internacionalização já é bem estabelecido na Educação Brasileira, visto que nesse cenário dinâmico é fundamental que os futuros trabalhadores sejam preparados para se desenvolverem profissionalmente em um mundo onde barreiras culturais são cada vez mais permeáveis e o conhecimento flui virtualmente de maneira instantânea em todos os cantos do globo (Camelo, 2023).

Cabe então aos órgãos competentes entender os desafios educacionais de um mundo completamente interconectado e traçar estratégias para atendê-los. Tal realidade naturalmente se estende aos Institutos Federais, que têm o desafio de adaptá-la à sua dinâmica institucional própria. Ciente disso, seu órgão máximo já estabelece que “faz-se relevante entender que a internacionalização deve considerar o diálogo entre o ensino, pesquisa e extensão de modo que o processo seja efetivamente institucional” (Conif, 2019, p. 3); e isso tem se traduzido em resultados práticos, como aponta Camelo:

Ao reconhecermos que o processo de Internacionalização já faz parte da natureza da Rede Federal, aprendemos que o caminho do avanço já se mostra delineado. Assim, tem-se estimulado e proporcionado às pessoas mais possibilidades de interação neste mundo moderno, em que as parcerias interinstitucionais viabilizam que estudantes e servidores vivenciem oportunidades, aprimorem suas formações e, sem dúvida, adquiram novos conhecimentos e experiências transformadoras, a que muitos só têm acesso por fazerem parte dessa Rede tão plural (Camelo, 2023, p. 6).

A pluralidade, portanto, é traço distintivo dos Institutos Federais, faz parte de sua identidade enquanto instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação expressa

na sua missão, a qual acolhe o desafio de intervir no âmbito regional em que cada *campus* está instalado, “identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social” (Pacheco, 2011, p. 14). Porém, se as barreiras físicas são cada vez menos relevantes e facilmente superadas a partir do uso da tecnologia, a comunicação em outra língua, base das relações humanas, ainda é um obstáculo a ser transposto para a maioria dos estudantes dos IFs, em todos os níveis de ensino. Para além da dificuldade na troca de conhecimentos com outros povos e culturas, essa falha pode ter consequências negativas na formação do egresso cidadão que a Rede se propõe a construir, uma vez que

o aprendizado de outras línguas, na perspectiva plurilíngue, remete à multiplicidade de perspectivas culturais – dentro e fora do território nacional. Desse ponto de vista, a educação plurilíngue pode iluminar o fato de que o modo como vivemos e entendemos o mundo é signatário de uma cultura – conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, pressupostos, valores e visões de mundo que comportam igualmente analogias e diferenças, interna e externamente. Ser exposto a uma outra cultura, outras línguas, permite maior entendimento da nossa própria e nos torna mais aptos à cidadania requerida pelo século XXI (Brasil, 2020, p. 17).

Nessa perspectiva, o ensino de línguas é peça fundamental de qualquer estratégia de internacionalização e deve encontrar colaboração em todas as áreas do conhecimento e atividades que interagem dentro dos IFs.

O presente trabalho traz para reflexão resultados e aprendizados de experiências diferentes em três instituições distintas da Rede, tendo como ponto em comum a motivação de promover o ensino de idiomas em um contexto plurilíngue.

Primeiramente, a experiência exitosa de organização de turmas por nível de conhecimento para ensino de língua inglesa no ensino superior no IFPR mostra o potencial de atitudes simples, mas verdadeiramente compromissadas, na melhoria da proficiência de estudantes e, principalmente, no papel fundamental na motivação dos

alunos em adquirir um novo idioma. Esse ponto é crucial para que de fato o aprendizado seja bem-sucedido e se configure como uma estratégia de fácil aplicação, demandando apenas organização entre os professores e apoio da gestão.

Já a estratégia de utilizar temas que são do interesse dos alunos como motivador para o aprendizado de um idioma, principalmente se for numa área de conhecimento não diretamente conectada à disciplina de língua estrangeira, mostra como um corpo docente ciente e comprometido com o ensino de línguas pode ser fundamental para promovê-lo. No exemplo em questão, a parceria entre áreas foi fundamental para que os estudantes do IFF adquirissem o conhecimento necessário para participar de atividades internacionais.

Por fim, as parcerias de pesquisa existentes entre o IFPA e instituições internacionais mostram como a qualidade técnica da ciência feita na instituição é suficiente para que essas cooperações aconteçam. Nesse caso, fica evidente como o incentivo à aquisição de outra(s) língua(s) é essencial. Não fossem os pesquisadores, por iniciativa própria, intermediarem a comunicação, a colaboração não existiria, o que nos faz refletir sobre as inúmeras oportunidades que podem estar sendo perdidas na Rede justamente por não existirem, muitas vezes, políticas indutoras de ações de internacionalização que sejam sistemáticas e bem estruturadas.

Os casos aqui reportados cumprem também o papel de alertar para que os programas de pós-graduação, cursos de graduação e de ensino médio profissionalizante estejam cientes do potencial acadêmico da Rede e da importância de investir e fortalecer o ensino de línguas que possibilite e estimule a inserção de membros da comunidade no cenário internacional. Esses exemplos demonstram que a internacionalização pode e deve integrar o tripé ensino, pesquisa e extensão em toda a RFEPCT, sendo fundamental que, para que isso aconteça, o ensino de línguas seja eficiente e inovador, além de alinhado às demandas, particularidades e necessidades de cada instituição e seus *campi*.

Referências

BATISTA, A. C. O. Prefácio. *In*: CONIF. **Vozes da Internacionalização: Narrativas de estudantes e servidores (as) da educação profissional, científica e tecnológica.** Blumenau: IFC, 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 776/97,** aprovado em 3 de dezembro de 1997. Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.

BRASIL. Poder Executivo. **Lei 11892 de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília: DF, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a oferta de Educação Plurilíngue.** Brasília: MEC, 2020.

CAMELO, M. L. V. Apresentação. *In*: CONIF. **Vozes da Internacionalização: Narrativas de estudantes e servidores (as) da educação profissional, científica e tecnológica.** Blumenau: IFC, 2023.

CATALÁ, S. La neología em la 'bi-lancia' de tradición y novedad em el lenguaje. *In*: CABRÉ, M. *et al* (ed.). **Actes del I Congrés de Neologia de les Llengües Romàniques.** Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada y Universitat Pompeu Fabra, 2010.

CONIF. **Internacionalização Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Panorama.** 2019. Disponível em:

https://portal.conif.org.br/images/Docs/2020-03-03_panorama-internacionalizacao---educacao-2019.pdf

CONIF. **Diretrizes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** 2022. Disponível em:

https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/diretrizes-para-a-educacao-profissional-e-tecnologica-do-brasil_digital.pdf

De WIT, H.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. (ed.). **Internationalization of Higher Education.** Bruxelas: European Parliament, 2015.

FERNANDES, R. R.; GONÇALVES, F. B.; SOJA, A. C.; LIMA, A. S.; MOREIRA, E. Do Campo ao Laboratório, do Laboratório ao Campo: Experiência de Educação Patrimonial com uso de Tecnologias Digitais. **Revista de Extensão Tecnológica**. Aceito em 07 de outubro de 2024.

IFFLUMINENSE. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Campos dos Goytacazes: RJ, 2010. Disponível em: <https://portal2015.iff.edu.br/desenvolvimento-institucional/planejamento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi/pdi-2010-2014.pdf/view>.

IFFLUMINENSE. Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Campos dos Goytacazes: RJ, 2018. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/o-iffuminense/desenvolvimento-institucional/arquivos/pdi-2018-2022-com-resolucao-menor.pdf/view>.

IFPA. Instituto Federal do Pará. **Resolução CONSUP/IFPA No. 943, de 7 de março de 2023**. Estabelece a Política de Internacionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Belém do Pará: PA. Disponível em: <https://sigrh.ifpa.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=1859965&key=d3711641c615a99a19d472cc3d5c6098>.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 11, de 11 de junho de 2019**. Dispõe sobre a instituição da Política Linguística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Curitiba: Conselho Superior, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **O que é Curricularização da Extensão? Institucional**, 27 out. 2020. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/institucional/o-instituto/comissoes/comissao-de-curricularizacao-da-extensao/curricularizacao-da-extensao/o-que-e-curricularizacao-da-extensao/> Acesso em: 30 jul. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução CONSUP/IFPR nº 163, de 14 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a Política de Internacionalização no âmbito do IFPR. Curitiba: Conselho Superior, 2023.

JACOMEL, M. C. W.; ARANTES, E. C.; GIACOMASSI, P. C. Inglês Instrumental na Educação Profissional e Tecnológica - Relatos de Experiência: Inclusion, Interdisciplinarity and Internationalization. **Revista BTecLE**, 7(2), 192–209, 2023. Disponível em: <https://revista.cbtecle.com.br/index.php/CBTecLE/article/view/1142>

MOROSINI, M. Como internacionalizar a universidade: concepções e estratégias. *In*: MOROSINI, M. (org.) **Guia para a internacionalização universitária**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019.

PACHECO, E. (org.). **Os institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

STALLIVIERI, L.; MOROSINI, M.; FELICETTI, V.; WOICOLESKO, V. (2022). **Parâmetros para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação.

UNESCO. **Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI**. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 15 mar. 2024.